

O NOVO IMPASSE POLÍTICO NO BRASIL

POR MÁRCIO POCHMANN

A desigualdade constitui a base pela qual a sociedade brasileira foi erigida. Originalmente, a colonização concebida por exploração e a escravidão como sustento à riqueza econômica e parâmetro das relações sociais semearam a cultura generalizada da desigualdade por condição de unidade nacional.

Com o capitalismo e o seu desenvolvimento de natureza selvagem desde o final do século 19, capaz de afastar qualquer possibilidade de realização efetiva das reformas civilizatórias (agrária, tributária e social), a desigualdade proliferou ainda mais aliada à progressão da riqueza. Assim, a passagem da antiga sociedade agrária para a urbana e industrial transcorreu marcada pela ausência dos padrões mínimos da competição individual e pela combinação singular do novo com o velho.

De um lado, a prevalência de arcaica estrutura rural com a modernidade industrial tornou avanços na proteção social e trabalhista como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943 circunscritos à parcela minoritária dos trabalhadores urbanos. A força do conservadorismo se manteve intacta, permitindo que contradições como a existência da maior bancada do poder legislativo federal constituída por ruralista pudessem existir num país que registra 86% de sua população vivendo nas cidades.

De outro, o bloqueio à competição meritocrática entre indivíduos pertencentes aos segmentos privilegiados da sociedade resiste por meio do vigor do patrimonialismo estatal que segue criando e sustentando monopólios sociais que garantem historicamente a ascensão socioeconômica diferenciada. O funil da educação evidencia como segmentos de menor poder aquisitivo terminam sendo apartados do vigor da mobilidade social, econômica e política gerada no país.

A postergação da universalização do acesso ao ensino básico, pelo menos na faixa de até 14 anos de idade, por cem anos entre a instauração da República, em 1889, e a Constitui-

ção Federal de 1988 indica como a educação produz e reproduz a desigualdade. Ou ainda, a manutenção do ingresso ao ensino superior abaixo de 15% de todos os jovens de 18 a 24 anos de idade, segue comprometendo o ideal da justiça na distribuição menos desigual das oportunidades. Isso sem mencionar o exorbitante diferencial de qualidade que contamina profundamente o sistema de ensino nacional.

Em síntese, o Brasil que construiu importante trajetória de expansão econômica significativa através do tempo, permitindo se situar entre as economias mais ricas do mundo, foi mesmo que trouxe consigo a referência da iniquidade, o que o fez juntar-se entre os países mais desiguais do planeta (1).

Diante disso, a inédita experiência registrada a partir dos anos 2000, capaz de combinar o regime democrático com crescimento econômico e redução das desigualdades, terminou gerando não apenas satisfação, mas também desconfortos simultâneos no conjunto da sociedade brasileira. Após meio milênio de construção social fundamentada na desigualdade, seria ingênuo acreditar que os sinais iniciais de redução das iniquidades viessem acompanhados por apenas apoio e satisfações.

A oposição crescente revela desconfortos com a experiência recente de redução da desigualdade e, sobretudo, com a possibilidade de se manter ativa nos próximos tempos. Um novo impasse no interior da sociedade brasileira parece se constituir entre a satisfação daqueles que ascenderam mais rápido e não desejam interromper essa mesma trajetória e os demais segmentos sociais desconfortados pela crescente diminuição da desigualdade.

O entendimento deste cenário no Brasil não tem se mostrado simples, embora suas consequências pareçam evidentes em termos de crescente polarização política. Frente a isso, as três partes a seguir do presente artigo visam contribuir com o debate atual a respeito das causas de satisfação e desconforto identificáveis na sociedade brasileira.

Márcio Pochmann é economista, pesquisador e docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas



PADRÃO DE DESIGUALDADE E ALTERAÇÕES RECENTES

Desde o estabelecimento da estabilidade monetária, alcançada com o Plano Real no governo de Itamar Franco, em 1994, o Brasil registra dois períodos distintos em relação ao padrão distributivo. O primeiro ocorreu entre os anos de 1995 e 2003, quando poucos segmentos sociais melhoravam sua participação relativa na renda do trabalho. Enquanto a estabilidade no poder aquisitivo dos rendimentos médios dos brasileiros se manteve somente entre 1995 e 1997, observou-se que a partir daí até o ano de 2003, o valor real decaiu significativamente. Ademais da queda do poder aquisitivo do rendimento médio, nota-se também o comportamento do desemprego nacional, que cresceu aceleradamente entre 1995 e 1999, para depois se estabilizar em alto patamar até o ano de 2005.

No segundo período iniciado a partir de 2004, há melhora simultânea nos ganhos distributivos em praticamente todos os segmentos sociais. Ou seja, a queda no desemprego nacional e a elevação do poder aquisitivo no rendimento médio dos ocupados contribuíram para a elevação das condições de vida do conjunto da população.

A separação do conjunto da sociedade em três segmentos distintos (ricos, intermediários

e pobres), segundo o nível de rendimento, permite constatar melhor a alteração no padrão distributivo durante a estabilidade monetária no país. Entre os anos de 1995-2002, por exemplo, o segmento de rendimento intermediário dos brasileiros (do sexto a oitavo décil da escala da distribuição pessoal da renda) registrou perdas médias anuais de 0,4%, enquanto os 20% mais ricos acusaram queda mais acentuada (1,2%) na renda. Somente os 50% da população mais pobre conseguiram ter o rendimento mantido acima da inflação, com elevação média anual de 0,2%.

Para o período de 2003 a 2013, todos os segmentos sociais elevaram significativamente o nível de rendimento. Os 50% mais pobres da população aumentaram a cada ano, em média, 5,8% o poder aquisitivo do rendimento, ao passo que o segmento social intermediário cresceu a renda média em 5,2% ao ano e os ricos subiram 4,1% como média anual.

MUDANÇAS DISTRIBUTIVAS E REAÇÕES ATUAIS

Ainda que fundamental, a simples ampliação do padrão de riqueza material está longe de satisfazer exclusivamente individual e coletivamente a população de um determinado país. Estudos realizados comprovam que para segmentos situados na base da sociedade, a elevação absoluta do nível de vida se apresen-

O funil da educação evidencia como segmentos de menor poder aquisitivo terminam sendo apartados do vigor da mobilidade social, econômica e política gerada no país

ta geralmente suficiente para fazer crescer o grau de satisfação dos indivíduos (2).

O mesmo movimento, contudo, não parece ser suficiente para elevar o grau de satisfação individual dos que se encontram localizados nos estratos de maior renda na sociedade. Isto porque o aumento absoluto do padrão de vida dos indivíduos de classe média e ricos não resulta necessariamente capaz de influenciar a satisfação das pessoas.

Nesse caso, a satisfação individual sustenta-se mais na elevação relativa do nível de vida do que na simples ampliação absoluta de bem estar. Ou seja, a melhora do padrão de vida material pessoal relacionada ao que ocorre em relação aos outros indivíduos no interior da sociedade.

Assim, o movimento de elevação no nível individual de vida está comparado ao que acontece em relação aos pares, se superior, maior tende a ser o grau de satisfação pessoal. O fato da melhora no padrão de vida individual de ricos e classe média ocorrer em patamar inferior à evolução do conjunto da sociedade pode se mostrar suficiente para desencadear insatisfações.

Por um lado, a ampliação do padrão de vida material na sociedade que produza a redução da desigualdade pressupõe que os segmentos de menor rendimento ascendam mais rapidamente que os demais indivíduos. Isso pode produzir, em geral, grau de maior satisfação concentrada nos indivíduos de baixa renda, uma vez que entre os segmentos de maior poder aquisitivo pode crescer, em contrapartida, a insatisfação frente à constatação

de que o seu padrão relativo de vida cresceu menos que o dos mais pobres.

Por outro lado, a alta no nível de vida material no interior da sociedade que gera aumento na desigualdade tende a satisfazer os estratos de maior renda, cujo padrão de vida cresce mais rápido que o dos pobres. Nesta situação a insatisfação não se apresenta necessariamente entre os pobres.

Este paradoxo da satisfação talvez possa lançar luzes sobre a situação diferenciada de desconforto que se verifica em determinados segmentos de maior renda no Brasil relacionado às políticas exitosas de inclusão implementadas desde 2003. De maneira geral, as eleições realizadas nos anos 2000 terminaram expressando cada vez mais a distinção de satisfação conforme as dimensões territoriais e socioeconômicas do voto.

Estados e indivíduos mais ricos, por exemplo, tenderam a se apresentar crescentemente insatisfeitos com as políticas de elevação do nível de vida material de todos, sobretudo para os segmentos de menor rendimento. Sem a melhora do padrão individual de vida relativo ao conjunto da população do país, especialmente mais rápida na base da pirâmide social, a desigualdade que se reduz pode produzir não somente satisfações mais também desconfortos e desaprovação.

No Brasil do começo do século 21, a elevação do padrão de vida material ocorre generalizadamente entre todos os indivíduos. Como a melhora se deu mais concentrado entre os mais pobres, a desigualdade no país se tornou menor, gerando diferentes graus de satisfação e insatisfação no interior da população.

Em resumo, a luta contra as desigualdades não conta com o apoio de todos. Depende dos segmentos ao qual o indivíduo pertença, bem como a trajetória absoluta e relativa do crescimento do padrão de vida dos indivíduos. Sem esta constatação prévia, dificilmente se conseguirá entender o impasse a que o Brasil se encontra atualmente diante do paradoxo da satisfação.

REFERÊNCIAS

- 1 - O desenvolvimento desta perspectiva encontra-se desenvolvida em: POCHMANN, M. (2015) *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Saber livros.
- 2 - Para mais detalhes ver: DAVID, P. & REDER, M. (1974) *Nations and Household in Economic Growth*. New York: Academic Press; STEVENSON, B. & WOLFERS, J. (2008) *Economic Growth and Subjective Well-Being*. NBER Working paper, 14282.
- 3 - Mais detalhes ver: POCHMANN, M. (2014) *A vez dos intocáveis*. São Paulo: FPA.

MOTIVOS A SEREM CONSIDERADOS

As relações existentes entre a infra e a superestrutura de uma sociedade têm sido cada vez mais estudadas nos dias de hoje. Nesse sentido, ganha importância a compreensão a respeito das conexões que se manifestam na base material dimensionada pelo comportamento da economia com sentimentos e ações que se expressam por movimentos culturais e políticos (3).

De maneira geral, as modificações na base econômica da sociedade terminam por impulsionar, em maior ou menor medida, efeitos simultâneos sobre a superestrutura da sociedade. Ainda que possa haver alterações e suas consequências ao longo do tempo, elas ocorrem não devendo ser desconsideradas suas determinações.

Esta constatação talvez possa contribuir para lançar luzes sobre o atual momento político brasileiro. Em conformidade com a pesquisa de opinião pública conduzida pela Fundação Perseu Abramo com amostras de participantes das manifestações ocorridas nos dias 13 e 15 de março do corrente ano, torna-se evidente os impactos – para o mal ou para o bem – das transformações verificadas na base material no sentimento das pessoas.

Para os que saíram às ruas para se manifestar em 13 de março, uma sexta feira, percebe-se que o perfil médio se aproximou mais do conjunto da população nacional, com a importante presença de não brancos e com rendimentos menores. Estes setores foram impactados substancialmente por alterações na economia desde a década de 2000 relativas à elevação do nível geral de emprego, formalização dos postos de trabalho, ampliação do poder de compra dos salários, generalização do acesso ao crédito e ao maior consumo e sua diversificação.

Por outro lado, o perfil dos participantes das manifestações em 15 de março distanciou-se das características típicas dos brasileiros em função da maior escolaridade, rendimento e raça/cor. Para estes segmentos sociais, as alterações econômicas terminaram por impactar positivamente pouco ou mesmo trazer consequências percebidas como negativas.

Mesmo que a ascensão dos de baixo não tenha repercutido negativamente no padrão de vida dos estratos de maior rendimento no Brasil, gerou certo desconforto frente à redução do distanciamento que até pouco

tempo demarcava o espaço de atuação das diferentes classes e frações de classe sociais. De certa forma, percebe-se até o registro do sentimento de ameaça de parte dos melhores incluídos frente ao processo de combate à exclusão dos mais pobres, uma vez que repercute no acirramento da competição pelas oportunidades geradas no país.

Os filtros que sustentavam a falsa meritocracia expressa pelos monopólios sociais por meio da educação, das redes de indicações e círculos de relacionamento vêm sendo questionados pelo avanço das políticas de inclusão em vários níveis, revelando a baixa capacidade de certos segmentos de maior renda conviver numa sociedade mais competitiva. De fato, o movimento de democratização do acesso ao ensino médio e superior, ao consumo de maior valor unitário, ao entretenimento, entre outros, tornou mais difícil aos filhos dos já incluídos continuar ingressando tranquilamente nas universidades de mais alta qualidade, nos empregos de elevada remuneração, pois há cada vez mais competidores.

Com isso, as mobilizações recentes no Brasil parecem indicar dois sentidos de natureza diferente. De um lado, aqueles que não desejam a interrupção dos canais de ascensão socioeconômica estabelecidos desde os anos 2000 em função do baixo dinamismo econômico presente, da escassez da geração dos empregos de maior qualidade e da elevação no nível de preços, redutor do poder de compra dos salários.

E, em sentido contrário, outros que criam obstáculos aos mecanismos impulsionadores da ascensão dos de baixo. Por isso, a aceitação de políticas de contingenciamento do gasto público e da ostentação da moralidade, indícios proibitivos de um maior impulsionamento do potencial dos que vem de baixo. ♦

Ainda que fundamental, a simples ampliação do padrão de riqueza material está longe de satisfazer exclusivamente individual e coletivamente a população de um determinado país